

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.183 - SC (2019/0150999-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195
MARCOS ANDREY DE SOUSA - SC009180
AGRAVADO : VALDETE SOUZA DEMÉTRIO
ADVOGADOS : CLAITON LUIS BORK - SC009399
LUCIANA DE ALMEIDA NAVES - SC031167

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 533):

AGRAVO INTERNO. ARTIGO 1.021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APLICAÇÃO. RECURSO REGIDO PELO CPC/2015.

PEDIDO DE INCLUSÃO DA DOBRA ACIONÁRIA NO CÁLCULO DO MONTANTE DEVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA CONFORME JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE E DO STJ. AGRAVANTE QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA REFERIDA DECISÃO. OFENSA DIRETA AO § 1º DO ARTIGO 1.021 DO CPC. RAZÕES DISSOCIADAS.

AUTORA QUE REQUER A APRESENTAÇÃO DO CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CONTRATAÇÃO QUE OCORREU NA MODALIDADE "PLANO DE EXPANSÃO - PEX". ENTENDIMENTO DESTA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL DE QUE, NOS CASOS EM QUE A CONTRATAÇÃO OCORREU NA MODALIDADE "PEX", DEVE SER APRESENTADO O CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE (ARTIGO 524, § 5º, DO CPC). CÁLCULO DA DÍVIDA QUE DEVE SER ELABORADO COM FUNDAMENTO NO VALOR INDICADO NO MENCIONADO DOCUMENTO.

RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA, PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 557/565).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre a arguição de que "nos contratos PEX assinados após o ano de 1991 e parcelados, devem incidir eventuais encargos oriundos do parcelamento, como juros" (fl. 571).

No mérito, argui afronta ao art. 884 do Código Civil, aduzindo que "em sendo o contrato pago de forma parcelada, deve ser utilizado o valor patrimonial da ação referente ao mês da primeira parcela paga" (fl. 574).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

Quanto ao mais, verifique-se que o fundamento do acórdão recorrido de que necessária a apresentação do contrato firmado entre as partes para a verificação dos valores, não sendo suficiente a radiografia, não foi devidamente combatido, não havendo similitude entre referida questão e o que se pretende discutir no especial (deve ser utilizado o valor patrimonial da ação referente ao mês da primeira parcela paga - fl. 574), sendo inviável o

Superior Tribunal de Justiça

provimento do especial, pela aplicação das Súmulas 283 e 284/STF.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora